

# IJSN mostra planos para uso do solo, transporte e patrimônio

Maior empenho na fiscalização de loteamentos clandestinos e irregulares, intervenção direta do Estado contra a especulação imobiliária, constituição de uma empresa pública para o controle de, pelo menos 50% dos deslocamentos individuais nos transportes urbanos da Grande Vitória, ordenamento no centro de Vitória com relação à circulação de pedestres, transporte coletivo, veículos e movimentação de cargas e maiores cuidados com a questão ambiental e do patrimônio histórico capixaba.

Estas são algumas das principais sugestões que o Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção Espírito Santo, elaborou para o governo Gerson Camata em relação à problemática urbana da Grande Vitória. Segundo o presidente da seção ES do IAB, André Abê, a discussão urbanística da Grande Vitória deve ser discutida ainda por toda a comunidade capixaba, através inclusive, de um simpósio. Prometeu que o atual estudo será ampliado aos demais municípios do Estado.

## CONCLUSÕES

O documento elaborado pelos arquitetos capixabas entende que os problemas devem ser resolvidos em seu conjunto, ou seja, através de um conselho com representação equilibrada de cada um dos cinco municípios (Vitória, Cariacica, Serra, Viana e Vila Velha). "Entendemos que qualquer tentativa de solução isolada não resolveria o problema, mas simplesmente o transferiria para fora de sua fronteira administrativa", afirmam os arquitetos.

Com relação ao problema habitacional o documento do IAB-ES afirma que o governo estadual deve fiscalizar os loteamentos clandestinos e irregulares, de acordo com a legislação. "Por outro lado, pode ainda o governo do Estado dar suporte de assistência jurídica aos moradores prejudicados de forma que seus direitos sejam efetivamente preservados nas contendas com os proprietários de loteamentos irregulares", ressalta o documento.

Os arquitetos acham também necessária a intervenção direta do Estado contra a especulação imobiliária "comprando e estocando terrenos, que servirão não apenas para seu uso direto mas, também, para evitar que a especulação torne os seus preços proibitivos para o uso social. Com relação a construção de habitações, o IAB-ES indicou a necessidade de "terrenos situados hoje na área já urbanizada e servidos de infra-estrutura".

A construção de pequenos conjuntos, em áreas já ocupadas — de acordo com a conclusão dos arquitetos capixabas — deve ser privilegiado na política habitacional. "De qualquer modo, a localização destes conjuntos deve sempre considerar sua articulação com o sistema de transporte e saneamento, bem como o uso do solo e os equipamentos sociais".

## UFES

Os arquitetos querem ainda que a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) seja chamada a participar "efetivamente dos programas estaduais de governo na elaboração de pesquisas de habitação, saneamento e transporte, em seus aspectos tecnológicos e sócio culturais — visando baratear o custo de sua implantação, atender às particularidades regionais de clima, terrenos ou condições físicas, e utilizar materiais produzidos no Espírito Santo, reduzindo a dependência de capitais externos.

Uma outra sugestão do IAB-ES é para as necessidades de transporte coletivo. Segundo o órgão deveria ser constituída uma empresa pública para o setor a qual, "com o controle de pelo menos 50% dos deslocamentos individuais na Grande Vitória, discipline e oriente o setor". Entre outros aspectos, esta empresa, na opinião dos arquitetos, deve "reforçar efetivamente o uso do aquaviário, garantindo-lhe as linhas auxiliares de ônibus previstas e estudar a viabilidade da utilização das linhas férreas existentes para o transporte coletivo urbano".

O ordenamento do centro da cidade também foi citado no documento, "para o qual deve-se elaborar um estudo criterioso, especialmente no que respeita à circulação de pedestres, transporte coletivo, veículos e movimentação de cargas, sendo que este último aspecto "necessita urgentemente de um disciplinamento de sua movimentação em toda a área urbana da Grande Vitória".

De acordo com o documento "o patrimônio histórico capixaba merece cuidados na sua preservação", merecendo atenção especial os sítios arqueológicos como sambaquis na baía de Guarapari, os vestígios indígenas existentes no sopé do Mochuara, os sítios jesuítas de fazendas existentes em vários locais do Estado além, dos monumentos originais da colonização portuguesa. Com relação à questão ambiental o documento afirma que "a cada dia se agravam as condições gerais da Grande Vitória pela ausência de controle e atuação do poder público no sentido de garantir à população ar puro e águas limpas". A ausência de saneamento, poluição industrial do ar e das águas, vem a cada dia, protegida pela impunidade deteriorando nossas condições elementares de vida e saúde".

Sugerem ainda os arquitetos "a criação ou restauração de um órgão estadual de meio ambiente, prestigiado e aparelhado técnica, política e materialmente para a garantia de preservação de nossas condições de vida". Uma outra preocupação "prende-se ao lazer da população, hoje restrito exclusivamente às praias, quando isto é possível. A Praia de Camburi necessita para se tornar uma efetiva área de lazer de alguns cuidados e que seja integrada com a área disponível nos terrenos do aeroporto, com áreas de esporte e lazer.

Por fim, os arquitetos ressaltam a necessidade das prefeituras da Grande Vitória articularem e coordenarem suas ações urbanas: "Seja no plano interno de suas cidades, seja na integração com os demais municípios através da elaboração de suas políticas urbanas, principalmente através da Política de Desenvolvimento Urbano Integrada.